

## MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES EM MINAS GERAIS

*JOB MARKET AND GENDER: AN ANALYSIS OF INEQUALITY IN MINAS GERAIS*

*Mirela Castro Santos Camargos \**

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, Departamento de Enfermagem Aplicada  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
E-mail: mirelacsc@gmail.com

*Juliana Lucena Ruas Riani*

Pesquisadora da Fundação João Pinheiro  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
E-mail: juliana.riani@fjp.mg.gov.br

*Karina Rabelo Leite Marinho*

Pesquisadora e professora da Fundação João Pinheiro  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
E-mail: karina.rabeloleitemarinho@gmail.com

### RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar as relações de gênero no mercado de trabalho mineiro, considerando aspectos como taxa de atividade, tipo de ocupação, trabalho informal, rendimento e tempo gasto em trabalho produtivo e reprodutivo. Para tal, são empregadas características pessoais e demográficas como idade, escolaridade, número de filhos, estado civil e arranjo domiciliar. Como fonte de dados, utiliza-se a Pesquisa por Amostra de Domicílio de Minas Gerais de 2011 que alcançou aproximadamente 18 mil domicílios em 428 municípios. Tais análises são importantes por permitir compreender melhor os diferentes papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, não apenas em relação à inserção ao mundo do trabalho, mas também no que tange à segregação ocupacional e à desigualdade de rendimento. Os resultados mostram a existência dessas diversas formas de desigualdade. O desafio das políticas públicas, portanto, é estabelecer elementos que possibilitem conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, sobretudo para as mulheres.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Desigualdade; Gênero; Taxa de atividade; Ocupação

### ABSTRACT

*This work aims to analyze gender relations in the labor market at Minas Gerais State, considering aspects such as activity rate, occupancy type, informal labor, income and time spent on productive and reproductive work. We used demographic and personal characteristics such as age, education, number of children, marital status and living arrangement. As a source of data, we utilized the Household Sample Survey of Minas Gerais 2011 that reached approximately 18,000 households in 428 municipalities. This analysis is important for enabling a better understanding of different social roles assigned to men and women, not only in relation to the insertion into the world of work, but also with regard to occupational segregation and income inequality. The results show the existence of these various forms of inequality. The challenge of public policy, therefore, is to establish elements that would allow reconciling productive and reproductive work, especially for women.*

**Keywords:** Labor Market; Inequality; Gender; Activity Rate; Occupancy Type.

Data de submissão: 30 outubro 2013.

Data de aprovação: 27 janeiro 2014.

### INTRODUÇÃO

Em um mundo no qual o trabalho é essencial para a inclusão dos indivíduos na sociedade, principalmente em relação à sua emancipação econômica, homens e mulheres ainda são tratados de forma diferenciada no âmbito das atividades produtivas (MONTAGNER, 2000).

Apesar do discurso de igualdade de condições e oportunidades, há evidências de que existem desigualdades na participação masculina e feminina no mercado de trabalho, seja em relação aos níveis salariais, possibilidade de crescimento na carreira ou oportunidade de exercer determinadas funções (CRAMER et al, 2012). Mesmo que não se observe separações explícitas, o que se observa é uma espécie de segregação velada e disfarçada.

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho pode ser atribuída aos diferentes papéis desempenhados. As mulheres, maiores responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, estão sujeitas a uma menor participação nos processos produtivos. Para aquelas que integram a força de trabalho, configura-se a necessidade de conciliar atividades produtivas e atividades reprodutivas (relativas à família) (BRUSCHINI, 2007). Nesse contexto, a presença de filhos pequenos é um dos elementos que mais acirram as dificuldades femininas (RIOS-NETO, 1995 apud LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991). Outra questão central ao tema trabalho feminino diz respeito à precariedade, situação ainda frequente entre trabalhadoras, apesar do crescimento de mulheres instruídas. Além disso, persistem as diferenças de rendimentos entre os sexos, oriundas, entre outros fatores, das distinções entre os gêneros na distribuição entre as diferentes ocupações, dotadas de status desiguais (BRUSCHINI, 2000).

Fonseca et al (2012) colocam que a dominação masculina possui precedentes históricos e os poderes atribuídos aos homens ainda é diferenciado daqueles atribuídos às mulheres. Nesse caso, cabe aos homens o poder financeiro, o poder político, e às mulheres, o poder maternal, o poder doméstico, muitas vezes malvisto, considerado sem valor, sem remuneração.

Quando falamos sobre a conciliação entre a vida familiar e a profissional, sempre surge o termo “dupla” (ou “tripla”) jornada de trabalho da mulher. Essa expressão indica que, mesmo tendo uma profissão e trabalhando fora de casa, ainda cabem à mulher os serviços domésticos (ou sua supervisão), o cuidado com os filhos e a atenção ao marido. No que diz respeito à relação entre os papéis exercidos pelas mulheres no trabalho e em casa, o primeiro aspecto a ser destacado é a superposição de responsabilidades. Os poucos homens que decidem assumir esses papéis são, muitas vezes, vistos como exceções e até acusados de demonstrar traços femininos. Contudo, o fortalecimento do trabalho feminino vem provocando profundas mudanças culturais. Aos poucos, a mulher começa a dividir as responsabilidades por prover as necessidades do lar e, muitas vezes, as assume sozinha (Cappelle, Melo e Souza, 2013).

Diante desse panorama, discutir a relação entre gênero e trabalho é importante para delinear políticas públicas que se desenvolvam no contexto do mercado laboral. Isso porque, longe de se tratar de um tema já pacífico, a convivência de avanços e permanências de relações mais tradicionais faz com que ainda existam conflitos importantes no que concerne à relação de gênero no contexto do desempenho das atividades produtivas.

O objetivo deste artigo é analisar o mercado de trabalho de Minas Gerais numa perspectiva de gênero, considerando aspectos como taxa de atividade, taxa de desemprego, tipo de ocupação, trabalho formal e informal, rendimento e tempo gasto em trabalho produtivo e reprodutivo. Para tal, são empregadas características pessoais e demográficas como idade, escolaridade, número de filhos, estado civil e arranjo domiciliar. Tais análises são importantes por permitir compreender melhor os diferentes papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, não apenas em relação à inserção ao mundo do trabalho, mas também no que tange à segregação ocupacional e à desigualdade de rendimento.

Como fonte de dados, utiliza-se a Pesquisa por Amostra de Domicílio de Minas Gerais (PAD-MG). A PAD-MG foi realizada nos mesmos moldes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. É uma pesquisa domiciliar bianual, coordenada pela Fundação João Pinheiro, que possui informações sociodemográficas da população mineira, tais como características domiciliares, educação, trabalho, rendimentos, saúde, entre outros. Somado a isso, ela possibilita a realização de análises por diferentes níveis de abrangência geográfica, pois possui representatividade para as regiões de planejamento, mesorregião, setor censitário (rural e urbano), região metropolitana e município de Belo Horizonte. Na edição de 2011, a amostra da PAD-MG foi composta por 18 mil domicílios distribuídos por 428 municípios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

Este artigo é composto por mais quatro seções, além dessa introdução. Na segunda seção é analisada a taxa de atividade da população mineira e algumas de suas características, considerando sempre as diferenças e semelhanças numa ótica de gênero. Na terceira seção, é discutida a forma diferenciada com que homens e mulheres mineiros se inserem nas diferentes ocupações. Entre outras informações, destaca-se a predominância das mulheres entre os trabalhadores domésticos remunerados. Ainda nesta seção, é tratado o tema relativo ao trabalho informal e aos diferenciais de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres. Na seção seguinte é abordada a desigualdade entre homens e mulheres no tempo despendido no trabalho para a reprodução social, ou seja, o tempo despendido em afazeres domésticos. Por fim, na última seção são feitas algumas considerações finais focando principalmente o desafio das políticas públicas em conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, principalmente para as mulheres.

## **CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E GÊNERO**

Uma das formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho é a participação menor da mulher na força de trabalho (DEGRAFF e ANKER, 2004). A menor taxa de atividade<sup>1</sup> feminina pode ser explicada pelos diferentes papéis sociais que tradicionalmente são atribuídos a homens e mulheres. Para elas, cabe o cuidado dos filhos e do lar, para eles, ser o provedor desse lar.

Ressalta-se, porém, que um grande aumento da participação feminina no mercado de trabalho foi observado no Brasil, e em Minas Gerais conseqüentemente, nas últimas décadas (BRUSCHINI, 2007). Ele é consequência principalmente de mudanças demográficas, como a queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento de domicílios uniparentais e o aumento da chefia feminina (BRUSCHINI, 2007) e do acréscimo da escolaridade feminina, que aumenta as recompensas econômicas e não econômicas associadas ao emprego (DEGRAFF e ANKER, 2004).

Apesar do crescimento maior da participação das mulheres no mercado de trabalho, vis a vis a dos homens, a taxa de atividade feminina ainda está bem abaixo da masculina. Por meio dos dados da PAD-MG de 2011, confirma-se a participação menor das mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais. Enquanto 64,6% dos homens acima de dez anos de idade participavam da força de trabalho, para as mulheres esse percentual era bem mais baixo: 39,9% (tabela 1).

**Tabela 1 - População Economicamente Ativa (PEA), População em Idade Ativa (PIA) e taxa de atividade por sexo (1) - Minas Gerais - 2011**

ESPECIFICAÇÃO	PEA	PIA	TAXA DE ATIVIDADE (%)	PORCENTAGEM NA PEA
Total	8.773.049	16.880.439	52,00	100,00
Homens	5.324.367	8.244.785	64,60	60,70
Mulheres	3.448.682	8.635.654	39,90	39,30

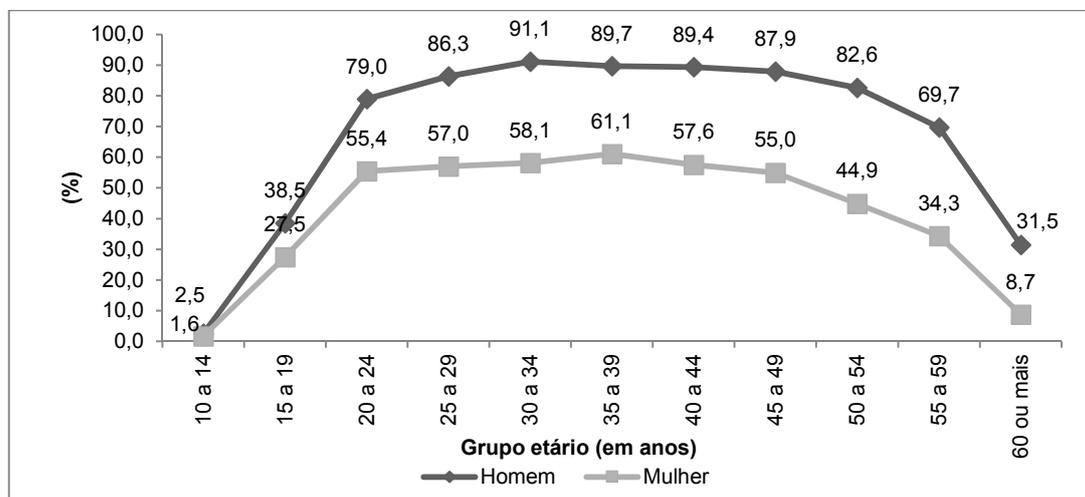
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Considerou a população de dez anos de idade ou mais.

Aspectos relacionados à estrutura familiar também afetam a participação das mulheres na força de trabalho, além de características pessoais de sua inserção no mercado de trabalho, como idade e escolaridade (BRUSCHINI, 2000). Dessa forma, número de filhos, principalmente com idade menor, renda familiar, posição da mulher na família e estado conjugal são fatores que devem ser considerados ao se estudar o mercado de trabalho numa perspectiva de gênero (RIOS-NETO, 1995 apud LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991). Assim, será analisada a taxa de atividade feminina e masculina considerando algumas características individuais e demográficas para entender as principais diferenças no mercado de trabalho no que tange às relações de gênero.

O nível de atividade por grupos etários (gráfico 1) indica o comportamento da força de trabalho durante o ciclo de vida. Como é de se esperar, as maiores taxas de atividade ocorrem nas idades entre 20 e 49 anos para ambos os sexos. A taxa de atividade masculina é maior que a feminina em todas as faixas etárias. A diferença é bem mais acentuada, todavia, nas faixas etárias consideradas mais produtivas.

**Gráfico 1 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e grupo etário - Minas Gerais - 2011**

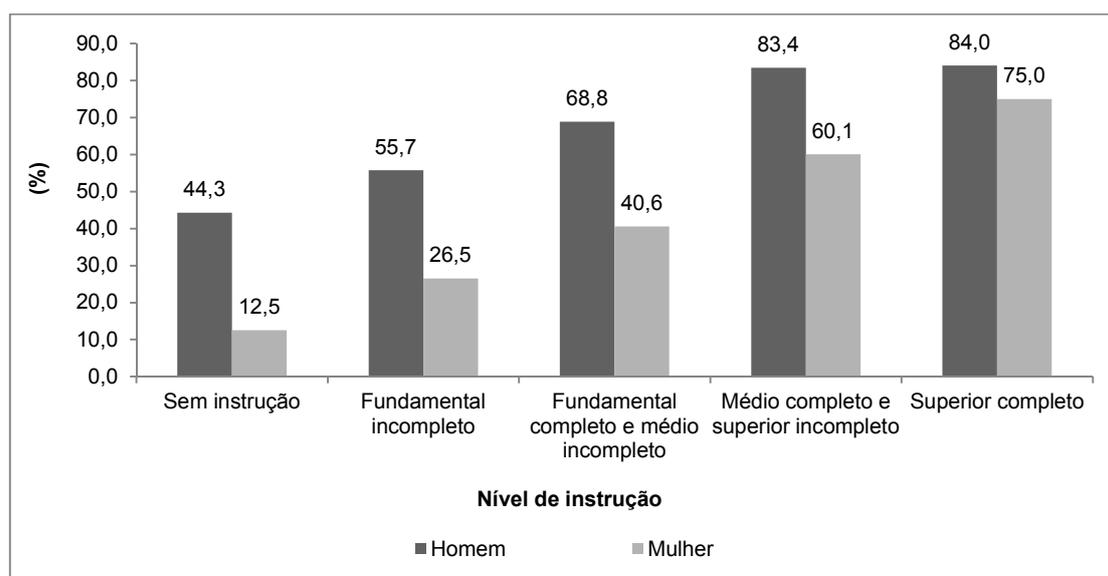


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A escolaridade da população é um fator importante que deve ser levado em consideração quando se analisa o mercado de trabalho. O nível de instrução não apenas garante a obtenção de emprego, mas, melhores condições e salários (BORJAS, 1996; LAM; 1999). Nesse quesito, há uma pequena diferença entre os sexos, favorável às mulheres: a escolaridade média da população feminina com dez anos ou mais, em Minas Gerais e em 2011, é um pouco maior que a dos homens, 7,1 contra 6,7 anos de estudo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

Ao se analisarem as desigualdades na participação do mercado de trabalho entre os sexos por grupo de escolaridade (gráfico 2), observa-se a maior dificuldade de inserção das mulheres com níveis mais baixos de instrução. A taxa de atividade de ambos os sexos aumenta com a escolaridade, mas o crescimento é maior para a população feminina. Dessa forma, a diferença no nível de atividade entre os sexos diminui com o aumento da escolaridade. Entre as mulheres sem instrução, apenas 12,5% encontram-se na força de trabalho. Para os homens, esse valor é de 44,3%. Por outro lado, entre as mulheres com curso superior completo, 75% delas encontram-se na força de trabalho. No caso dos homens, esse percentual é de 84%.

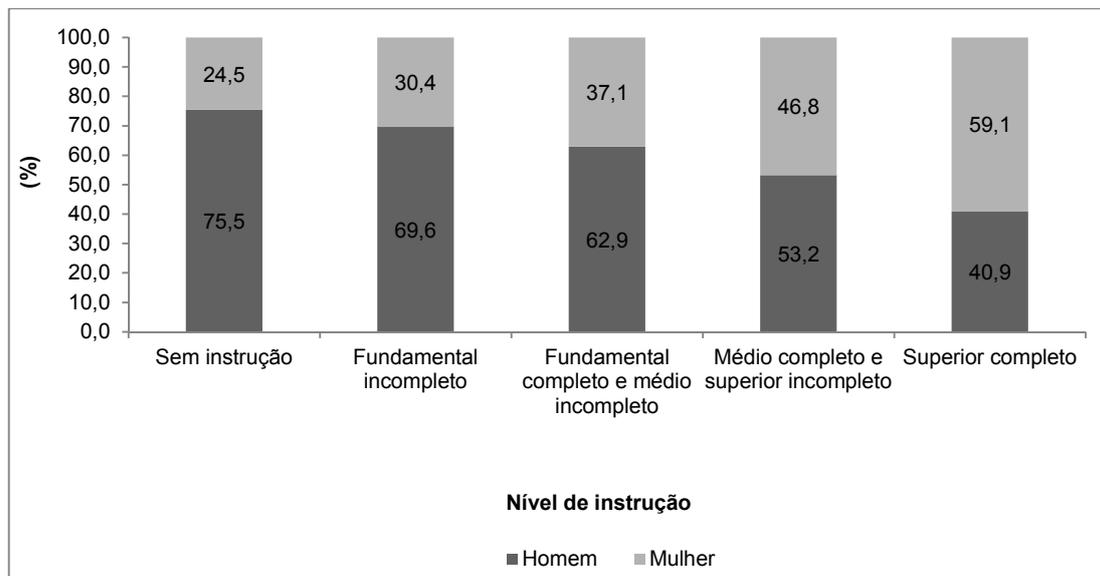
**Gráfico 2 - Taxa de atividade das pessoas com dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No grupo de pessoas mais escolarizadas, apesar de a taxa de atividade feminina ainda ser menor que a masculina, as mulheres já representam mais da metade da força de trabalho, gráfico 3. Entre as pessoas economicamente ativas com ensino médio completo ou superior incompleto, 46,8% são mulheres e 53,2% são homens. Entre as pessoas economicamente ativas com ensino superior completo, 59,1% são mulheres e 40,9% são homens. Cabe destacar que o percentual de mulheres com ensino médio ou mais é maior que dos homens. Segundo dados da PAD-MG de 2011, 32,1% das mulheres mineiras possuem esse nível de instrução, enquanto, para os homens, esse percentual é de 25,9%.

**Gráfico 3 - Distribuição de mulheres e homens com dez anos ou mais de idade na População Economicamente Ativa (PEA) por nível de instrução - Minas Gerais - 2011**

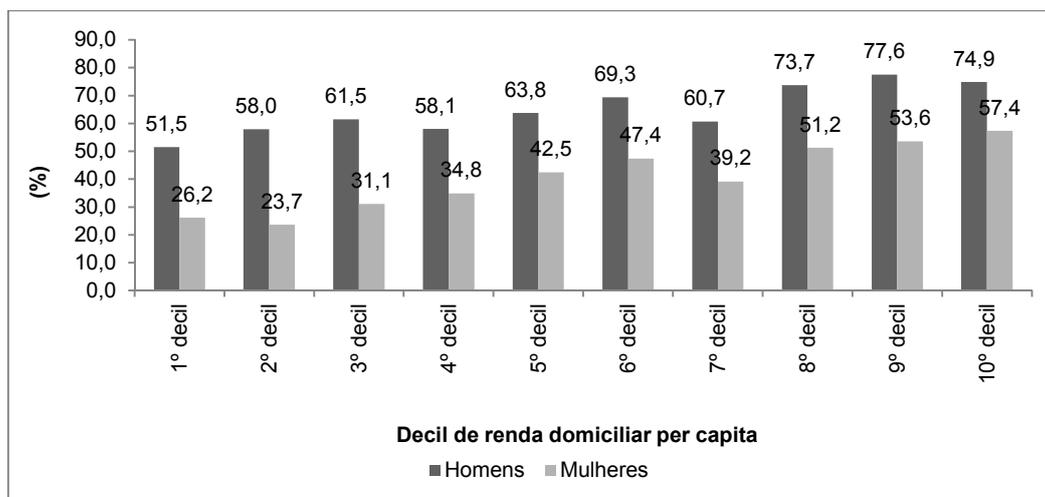


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A taxa de atividade maior para as mulheres mais instruídas ocorre “[...] não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado de modo geral, mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir a sua saída do lar” (BRUSCHINI, C, 2000, pp. 21-22). Pode-se dizer, portanto, que, devido ao papel socialmente atribuído de cuidadora dos filhos e da manutenção doméstica, somada à falta de uma rede de apoio pública satisfatória para as crianças (provisão de creches e escolas em tempo integral), as mulheres menos escolarizadas, com retorno salarial menor, de modo geral, são forçadas a se retirar da força de trabalho.

O gráfico 4 apresenta a taxa de atividade de homens e mulheres segundo o decil de renda per capita domiciliar e confirma essa situação. Nos domicílios mais pobres, situados nos primeiros decis de renda, a taxa de atividade é menor para ambos os sexos, mas é bem menor para as mulheres. À medida que se caminha para os domicílios mais ricos, decis superiores, diminui a diferença na taxa de atividade entre homens e mulheres.

Gráfico 4 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e decil de renda domiciliar per capita - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Conforme visto anteriormente, a taxa de atividade tem uma forte relação com o ciclo de vida do indivíduo, por outro lado, algumas características do indivíduo, principalmente demográficas, também estão relacionadas ao ciclo de vida. Assim, as análises da taxa de atividade consideradas por características domiciliares selecionadas serão feitas levando-se em conta dois cortes etários: população de dez anos ou mais de idade e população de 20 a 59 anos (tabela 2). As variáveis consideradas são aquelas citadas na literatura especializada como determinantes da participação, principalmente da mulher, no mercado de trabalho, tais como número de filhos, posição no domicílio, arranjo domiciliar e estado civil (RIOS-NETO, 1995 APUD LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991).

**Tabela 2 - Taxa de atividade por sexo e características demográficas selecionadas - Minas Gerais - 2011 - (%)**

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS DE IDADE		POPULAÇÃO COM 20 A 59 ANOS DE IDADE	
	homem	mulher	homem	mulher
<b>Cor/raça</b>				
Branca	65,6	41,0	85,6	55,4
Preta	66,6	41,2	84,2	53,7
Parda	63,1	38,6	84,8	52,9
<b>Número de filhos no domicílio</b>				
Sem filhos	63,5	37,0	83,3	55,9
Um filho	68,6	42,2	85,9	54,5
Dois filhos	66,1	41,5	86,4	54,0
Três ou mais filhos	59,2	37,8	83,8	52,2
<b>Número de filhos no domicílio com até 6 anos de idade</b>				
Sem filhos de até seis anos	61,9	40,6	82,8	56,7
Um filho de até seis anos	76,9	38,6	93,9	46,9
Dois filhos de até seis anos	78,7	31,7	94,1	37,5
Três ou mais filhos de até seis anos	83,4	23,2	96,0	26,0
<b>Relação com o chefe do domicílio</b>				
Pessoa responsável	76,3	40,8	88,8	55,3
Cônjuge/companheiro(a)	79,7	42,9	89,3	47,7
Filho(a)/enteado(a)	48,9	37,3	77,8	65,0
Outros	51,8	34,4	78,0	59,0
<b>Estado civil <sup>(1)</sup></b>				
Casado(a)	77,5	41,5	89,2	47,1
Desquitado(a)/divorciado(a)	73,1	60,0	84,3	68,9
Viúvo(a)	28,5	15,4	73,1	39,1
Solteiro(a)	66,3	48,4	81,2	61,3
<b>Arranjo domiciliar</b>				
Pessoa sozinha	63,4	29,5	82,8	58,6
Casal sem filhos	65,1	40,3	86,5	53,1
Casal com filhos	68,2	39,8	88,1	50,5
Casal com filhos e outros	61,7	38,7	84,2	52,2
Casal com outros	50,2	28,2	79,8	45,4
Chefe com filhos	56,8	44,6	79,4	62,3
Chefe com filhos e outros	55,3	41,6	75,0	60,2
Chefe com outros	65,0	40,9	79,5	63,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Nota: <sup>(1)</sup> Na PAD-MG o estado civil foi perguntando apenas para as pessoas acima de 14 anos.

A tabela 2 apresenta a taxa de atividade por características demográficas selecionadas. Tomando apenas a população na faixa etária intermediária, 20 a 59 anos, os principais pontos são: a) a maior taxa de atividade acontece para as mulheres sem filhos, enquanto, para os homens, o valor mais alto é dos que possuem dois filhos. Observa-se também que quanto maior o número de filhos menor a taxa de atividade feminina; b) quando se considera a existência de filhos com até seis anos de idade, a taxa de atividade feminina é menor ainda e o impacto negativo do aumento do número de filhos pequenos é mais acentuado.

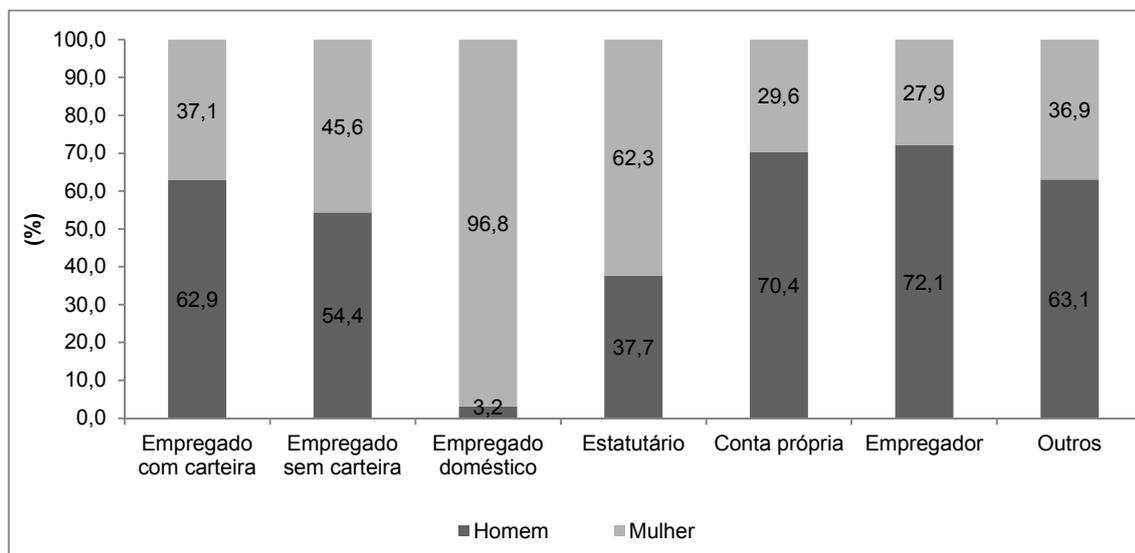
O inverso ocorre para os homens: quanto maior a quantidade de filhos pequenos maior a sua participação no mercado de trabalho; c) considerando a relação com o chefe no domicílio, as filhas possuem maior participação no mercado de trabalho; para os homens, a taxa maior é dos cônjuges ou companheiros; d) a taxa de atividade das desquitadas é bastante alta; e) mulheres chefes de domicílio com filhos e/ou agregados possuem as taxas de participação no mercado de trabalho mais altas, enquanto, entre os homens, a maior participação encontra-se nos arranjos tradicionais, casais com filhos.

## OCUPAÇÃO E GÊNERO

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho se dá não apenas pelas diferenças na participação da mulher na força de trabalho, mas também pela forma diferenciada dessa inserção nas diferentes ocupações e pelos diferentes salários entre homens e mulheres, bem menores para elas.

Nesse contexto, é necessário saber como se dá a inserção de homens e mulheres nos diferentes grupos ocupacionais e verificar a tendência de ambos trabalharem em ocupações diferentes. A distribuição por sexo em cada grupo de ocupação (gráfico 5) mostra que os homens são maioria em praticamente todas as ocupações, com exceção do grupo empregado doméstico e estatutário. Alguns pontos, porém, merecem destaque. A participação maior de homens se dá no grupo dos empregadores (72,1%), caracterizado pelas pessoas que trabalham no próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Em seguida vem a ocupação de trabalhador por conta própria (70,4%) – pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado. Já para as mulheres, a participação maior se dá na categoria empregado doméstico, 96,8%. Pode-se dizer, portanto, que essa ocupação é predominantemente feminina. Em seguida aparece a categoria estatutário, com 62,3% de mulheres. Destaca-se também a ocupação empregado sem carteira. Apesar da maior participação de homens, o percentual de mulheres também é expressivo, 45,6%. Na categoria outros se encontram os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado e outro trabalhador remunerado. Na desagregação dessa categoria destaca-se o alto percentual de mulheres não remuneradas membro da unidade domiciliar (51,8%).

**Gráfico 5 - Distribuição de homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade por grupo de ocupação - Minas Gerais - 2011**

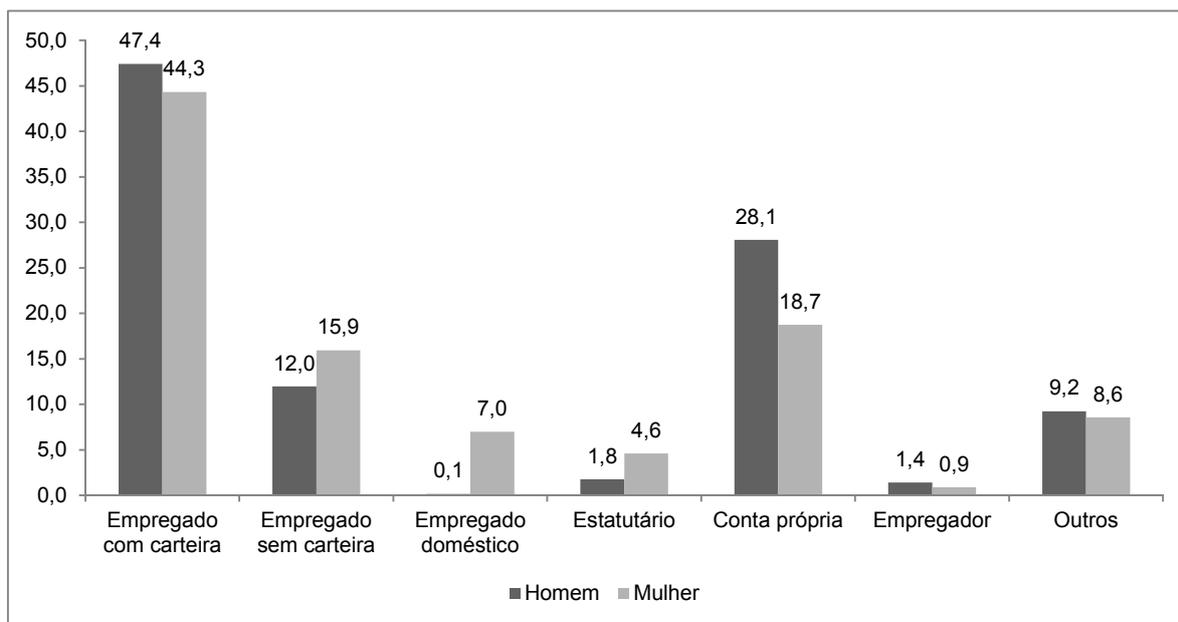


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Outra forma de estudar a segregação ocupacional é conhecer como mulheres e homens se distribuem entre as ocupações (gráfico 6). Por meio desse gráfico, percebe-se que, do total de mulheres ocupadas com dez anos ou mais de idade, quase a metade, 44,3%, são empregadas com carteira assinada. A segunda ocupação com maior peso relativo para as mulheres é conta própria, com 18,7% das mulheres ocupadas.

Essas ocupações também são as mais representativas para os homens, com peso maior, porém, que para as mulheres: 47,4% e 28,1% respectivamente. Outro ponto de destaque é o maior peso que as categorias empregado sem carteira assinada, empregado doméstico e estatutário possuem para as mulheres vis a vis os homens.

**Gráfico 6 - Distribuição dos grupos ocupacionais para homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade - Minas Gerais – 2011**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A análise por posição na ocupação mostra que ainda existe uma diferença entre as ocupações para homens e mulheres. Na população feminina, é maior o percentual de empregados sem carteira assinada, empregado doméstico ou trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Tais ocupações apresentam nível de precariedade maior ou são menos valorizadas no mercado de trabalho.

Outra questão importante para a caracterização geral das relações de trabalho no contexto das relações de mercado é a informalidade do trabalho. Informalidade, em termos bastante gerais, diz respeito a atividades econômicas não norteadas por disposições formais ou que não operam em conformidade com a legislação vigente. Neste artigo, considera-se como trabalhadores informais o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada nos setores privado e público, empregada doméstica mensalista sem carteira assinada, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador por conta própria que não contribui para a previdência social, empregador que não recolhe o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e trabalhador cooperativo.

Em Minas Gerais, 40,6% dos trabalhadores com mais de 10 anos de idade são informais (tabela 3). Um número expressivo de indivíduos encontra-se em situações de trabalho informais e, por isso, muitas vezes precárias. Entre homens, esse percentual corresponde a 40,3%; entre mulheres, a 41,1%.

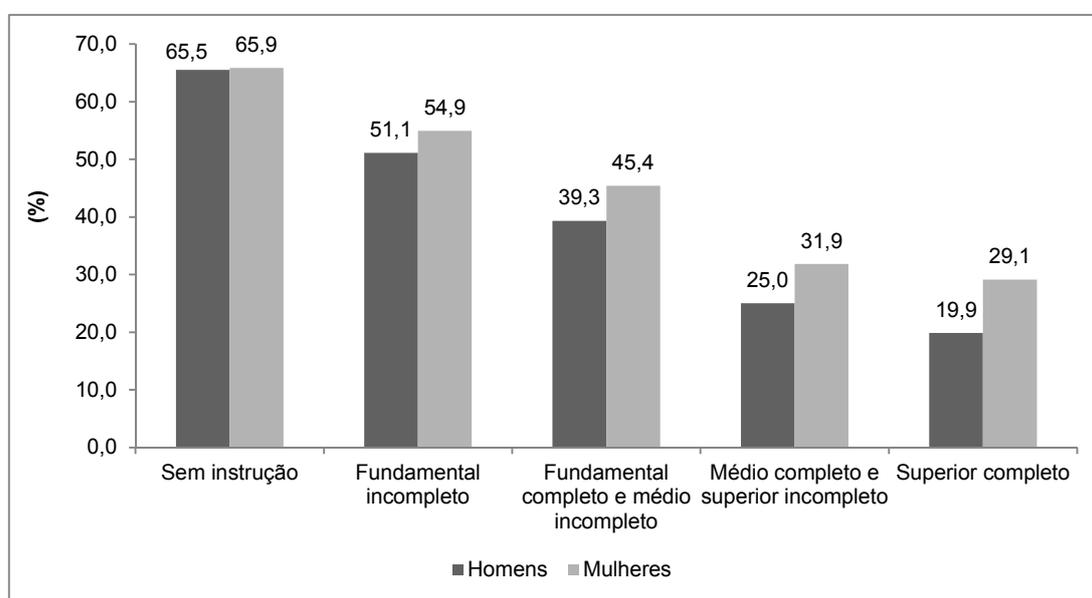
**Tabela 3 - Trabalhadores informais maiores de dez anos de idade por sexo - Minas Gerais - 2011**

ESPECIFICAÇÃO	TRABALHADORES INFORMAIS	
	absoluto	(%)
Total	3 365 934	40,6
Homens	2 046 495	40,3
Mulheres	1 319 439	41,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A concentração percentual da informalidade nas relações de trabalho decresce com o incremento do nível de instrução dos trabalhadores, tanto entre homens quanto entre mulheres. Por outro lado, o percentual de mulheres informais é superior ao de homens em todos os níveis de instrução. A diferença entre os percentuais de informalidade de trabalhadores e trabalhadoras é maior entre indivíduos com escolaridade mais avançada. Se entre trabalhadores sem instrução formal quase não existem diferenças entre informalidade de homens e mulheres (65,5% e 65,9% respectivamente), entre trabalhadores com escolaridade superior, tais diferenças são mais importantes. Enquanto 29,1% das trabalhadoras com nível superior são informais, 19,9% dos trabalhadores têm esse tipo de vinculação de trabalho. Se informalidade das relações de trabalho encontra-se associada à precariedade do trabalhador no desenvolvimento de suas atividades, o incremento do nível educacional dos trabalhadores pode ser fator de proteção de suas condições no mercado, mesmo que se mantenham (ou até aumentem) as diferenças entre homens e mulheres (gráfico 7).

**Gráfico 7 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No que tange às desigualdades salariais, as mulheres, apesar de possuírem maior escolaridade, possuem salários médios menores em todas as ocupações, exceto empregado doméstico, que, praticamente não há homens nessa ocupação.

As mulheres ocupadas recebem em média 27% a menos que os homens. A maior diferença salarial é encontrada na posição “conta própria”; a menor, na posição “outros” seguida de “empregados sem carteira de trabalho assinada”. Por outro lado, a escolaridade das mulheres, um dos principais determinantes da renda do trabalho, é maior que a dos homens em todas as posições ocupacionais. Outro fator que afeta a renda do trabalho é o número de horas trabalhadas. Sua média na semana é menor para as mulheres quando comparada à média masculina. Mesmo o rendimento/hora médio (rendimento do trabalho principal dividido pelo número de horas trabalhadas na semana) é menor para as mulheres (tabela 4).

**Tabela 4 - Rendimento médio do trabalho principal, anos médio de estudo, média de horas trabalhada e média do rendimento hora da população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação (1) Minas Gerais - 2011**

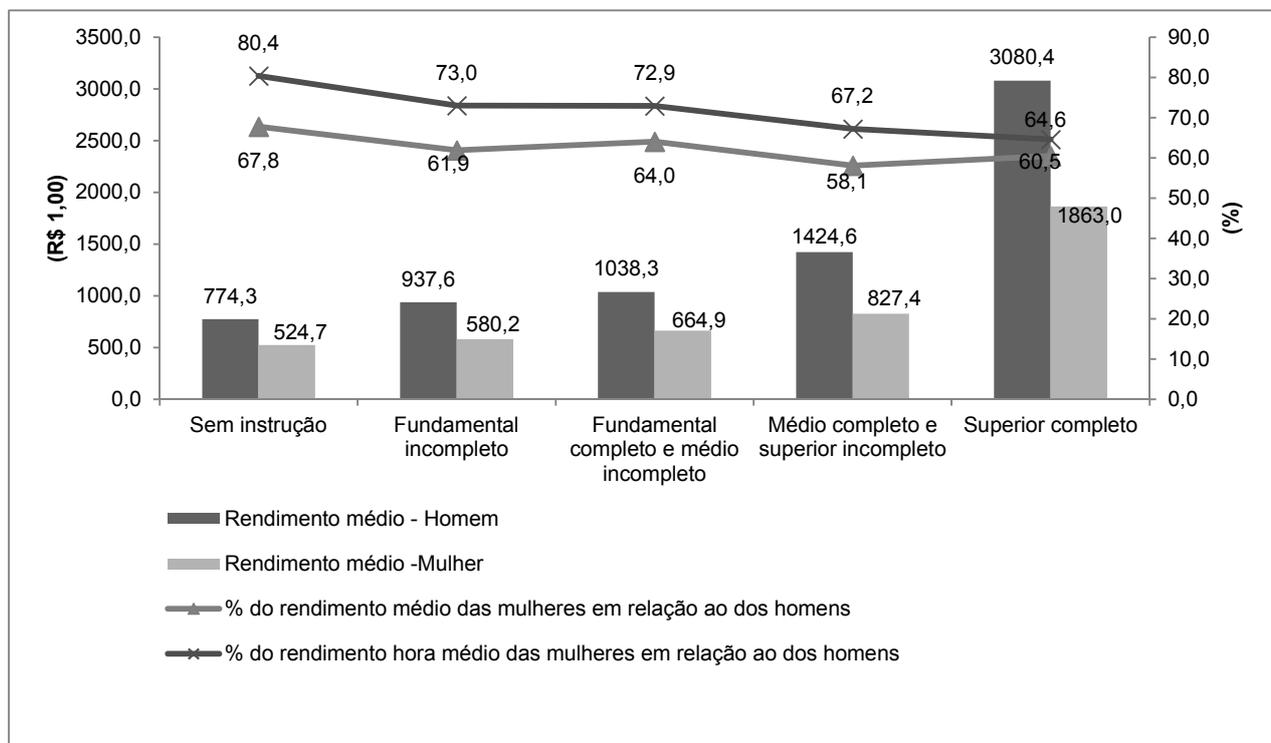
ESPECIFICAÇÃO	RENDIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL MÉDIO (R\$1,00)		% DO RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS	ANOS MÉDIO DE ESTUDO		MÉDIA DE HORAS TRABALHADA		RENDIMENTO DIVIDIDO POR HORAS TRABALHADAS (R\$1,00)	
	homem	mulher		homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Total	1.215,86	887,99	73,03	7,4	9,1	42,4	37,5	30,57	25,47
Empregado com carteira	1.192,13	911,07	76,42	8,2	9,8	43,1	40,8	29,39	24,10
Empregado sem carteira	1.042,26	842,78	80,86	7,1	9,7	41,4	35,7	26,32	24,43
Empregado doméstico	434,35	566,49	130,42	4,8	5,8	38,5	34,2	14,61	16,57
Estatutário	2.292,12	1.524,22	66,50	11,6	13,2	38,6	31,6	62,83	49,73
Conta própria	1.339,90	869,88	64,92	6,3	7,9	43,0	36,2	33,27	27,47
Empregador	3.042,25	2.199,78	72,31	9,6	11,0	46,4	39,3	87,81	68,03
Outros	754,73	635,25	84,17	5,7	7,4	38,6	32,2	20,46	19,73

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

O rendimento médio das mulheres no trabalho principal é inferior ao dos homens independentemente do nível de escolaridade (gráfico 8). Percebe-se um aumento dessa diferença de rendimento entre os sexos, no entanto, com o aumento da escolaridade. As mulheres sem instrução recebem, em média, 32,2% a menos que os homens em situação idêntica. Já as mulheres com curso superior completo ganham 39,5% a menos que os homens desse mesmo grupo. Esse padrão se verifica mesmo quando se considera a proporção do rendimento por hora das mulheres em relação ao dos homens.

**Gráfico 8 - Rendimento médio do trabalho principal (1) das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

Para Cappelle, Melo e Souza (2013), as pessoas tendem a afirmar, frequentemente, que em níveis profissionais mais especializados, diferenças de gênero não são mais percebidas, pois já existem mulheres ocupando cargos de direção e presidência em várias organizações. Esse é um discurso comum, inclusive entre as mulheres gerentes ou com grandes empresárias. Contudo, as autoras relatam que essas mesmas mulheres sempre caem em contradição e indicam várias diferenças existentes e várias dificuldades que enfrentam relacionadas à questão de gênero. Para as autoras, essas contradições podem ser uma fuga ou negação das diferenças, como se elas realmente não existissem, o que é uma forma de autoproteção, pois reconhecer as dificuldades pode significar dar maior ênfase a elas, assumir um papel de “coitadas”, “discriminadas”, o que não fica bem para a imagem de uma “executiva de sucesso”. Ou ainda podem ser atribuídas ao fato de as próprias mulheres não enxergarem as desigualdades por estarem tão culturalmente naturalizadas com elas.

### Tempo Gasto em Afazeres Domésticos e Gênero

Outra questão que deve ser levada em consideração é o tempo gasto em afazeres domésticos, ou seja, o cuidado com os filhos e a casa. Esse trabalho não é contabilizado na maioria das pesquisas oficiais como atividade da força de trabalho. Isso penaliza as mulheres já que elas ainda são as principais responsáveis por esses serviços (tabela 5). Segundo dados da PAD-MG, em 2011, o tempo médio das mulheres gasto em afazeres domésticos por semana era mais que o dobro do tempo dos homens, 23,6 horas

contra 9,8 horas. Mesmo entre a população ocupada, o tempo gasto pela mulher com afazeres domésticos é bem maior que o do homem.

**Tabela 5 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade - Minas Gerais - 2011**

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		INATIVO	TOTAL
	ocupado	desocupado		
Homem	9,2	11,0	10,7	9,8
Mulher	19,5	23,4	26,4	23,6

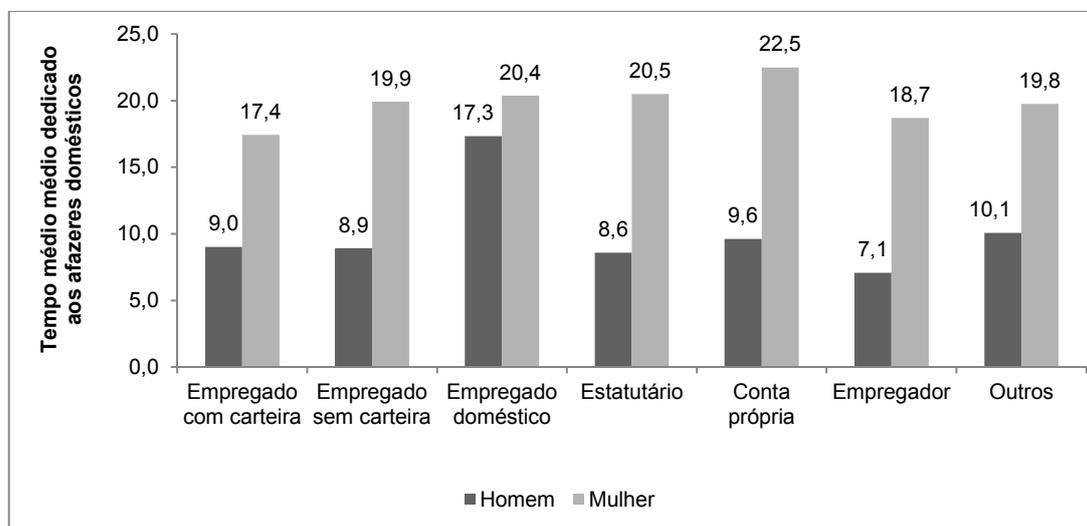
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Ainda com relação ao cuidado com os filhos, na PAD-MG há um quesito sobre a pessoa responsável por acompanhar as atividades escolares das pessoas de até 24 anos que frequentam a escola. A maioria, 51,8%, informou que a pessoa que acompanha as atividades escolares é a mãe; 9,1%, pai e mãe; e 3,3%, o pai. Esse resultado reforça a maior participação da mulher no cuidado com os filhos.

Segundo Bruschini (2007), a persistência da responsabilidade das mulheres pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos revela a permanência das condições de desigualdade entre homens e mulheres.

O tempo médio dedicado pelas mulheres ocupadas aos afazeres domésticos é maior que o dos homens ocupados. Essa diferença se dá independentemente do grupo ocupacional, conforme pode ser visto no gráfico 9. Ressalta-se, porém, que, tanto para homens quanto para as mulheres, há uma diferença no tempo despendido nos trabalhos domésticos entre os grupos ocupacionais. A maior diferença do tempo gasto para os sexos pode ser encontrada entre os trabalhadores por conta própria, seguido das ocupações de estatutário e empregador. Essas profissões podem permitir uma flexibilização maior do tempo de trabalho. No grupo ocupacional empregado doméstico está a menor diferença entre os sexos. Ressalta-se que a representação masculina é muito pequena nesse grupo, o que pode distorcer os dados. Empregado com carteira de trabalho assinada é o segundo grupo com menor diferença entre homens e mulheres no que diz respeito ao tempo dedicado aos afazeres domésticos.

**Gráfico 9 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação - Minas Gerais - 2011**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O comportamento das inativas também é importante para compreender melhor o papel socialmente atribuído à mulher no que tange aos cuidados da casa. A PAD-MG indagou às pessoas que não trabalhavam e não procuravam trabalho, ou seja, as inativas, qual era a sua condição ou situação principal nos últimos sete dias. Observa-se uma grande diferença na distribuição de homens e mulheres entre as diferentes situações (tabela 6). Dos homens inativos com dez anos ou mais de idade, 47,5% eram estudantes, seguido de aposentados ou pensionistas. No caso das mulheres inativas nessa faixa etária, a maioria, 43,6%, realizava serviços domésticos e apenas 26,3% eram estudantes. Quando se considera o grupo etário de 20 a 59 anos, faixa onde se concentra o maior número de pessoas ativas, os resultados são diferentes. Destaca-se o grande percentual de mulheres inativas nessa faixa etária que cuidam de afazeres domésticos (73%). Para os homens esse valor é de 3,3%. No caso deles, chama a atenção o percentual de inativos que realizam outras atividades (27%) e que são aposentados ou pensionistas (25,4%).

**Tabela 6 - Distribuição de mulheres e homens inativos por condição ou situação principal nos últimos 7 dias - Minas Gerais - 2011 - (%)**

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO INATIVA			
	DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE		DE 20 A 59 ANOS DE IDADE	
	homem	mulher	homem	mulher
Aposentado ou pensionista de órgão previdenciário do governo	29,8	22,0	25,4	9,8
Licenciado do INSS ou previdência	3,3	1,5	9,3	2,2
Cuidava de afazeres domésticos	1,5	43,6	3,3	73,0
Estudante	47,5	26,3	12,7	5,2
Vivia de renda	0,7	0,2	2,4	0,4
Vivia da ajuda de parentes ou conhecidos	7,3	3,3	19,5	4,9
Outra	9,8	3,0	27,0	4,4
Não sabe/Não respondeu	0,1	0,1	0,3	0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O maior tempo gasto pelas mulheres, ativas ou inativas, com as atividades domésticas mostra como as normas culturais da divisão social do trabalho ainda são bastante acentuadas em Minas Gerais. Essas normas, que atribuem à população feminina as maiores responsabilidades no cuidado da casa e dos filhos, trazem impactos negativos para a mulher quando se analisam detalhes da divisão dos gêneros no mercado de trabalho, como menor taxa de atividade e menores salários, mesmo as mulheres tendo nível educacional maior, menor número de horas dedicadas ao trabalho, ocupação em posições de menor prestígio e sobrecarga ao dividir seu tempo entre trabalho e cuidados da casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho pode ocorrer de diferentes formas: desigualdade de entrada no mercado de trabalho; desigualdade na forma de inserção (segregação ocupacional, trabalho formal e informal); desigualdade de rendimentos e desigualdade no tempo despendido entre trabalho para o mercado (produtivo) e trabalho para reprodução social (reprodutivo).

Por meio dos dados da PAD-MG, verifica-se a existência dessas diversas formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho mineiro em 2011. As mulheres ainda possuem taxa de atividade bem menor que a dos homens, apesar de ter aumentado nas últimas décadas como mostram dados obtidos por séries

históricas; recebem salários menores, mesmo possuindo escolaridade maior; dedicam menos horas ao trabalho produtivo e ainda são as grandes responsáveis pelo trabalho de reprodução social, o que mostra que as normas culturais da divisão social do trabalho ainda são bastante acentuadas em Minas Gerais.

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho conjuntamente com o maior tempo gasto por elas em atividades domésticas mostra que o Brasil, e especificamente Minas Gerais, está caminhando para uma carreira dupla, ou seja, homens e mulheres no mercado de trabalho, porém, com forte resquício do modelo tradicional, onde a mulher ainda é responsável pela manutenção do lar, gerando, entre outras coisas, uma sobrecarga ao dividir seu tempo entre o trabalho e o cuidado da casa.

Outra temática que merece atenção quando questões de gênero são analisadas no contexto dos mercados de trabalho é aquela relativa à informalidade das relações laborais. Em termos bastante gerais, informalidade diz respeito a atividades econômicas que não operam em conformidade com a legislação vigente, o que significa a não aplicação prática da legislação trabalhista. Neste contexto, trabalhadoras informais podem não ser abrangidas pela legislação que regulamenta, por exemplo, a licença maternidade, o que pode exercer impactos coletivos importantes, como a pauperização da população feminina, já que, em 2011, as trabalhadoras informais representavam 41,1% das trabalhadoras mineiras.

O desafio das políticas públicas, portanto, é estabelecer elementos que possibilitem conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, sobretudo para as mulheres. Alguns países, principalmente os nórdicos, conseguiram reduzir as desigualdades de gênero no âmbito dessas duas formas de trabalho ampliando a licença maternidade, criando a licença paternidade (com extensão semelhante a das mulheres), além de oferecer creches públicas de alta qualidade (RIOS-NETO, MARTINE E ALVES, 2009). Nesse caso, o Estado passa a ter um papel central como “cuidador” ao assumir parte do cuidado das famílias. Essas medidas estimulam não apenas a dupla carreira - homens e mulheres no mercado de trabalho -, mas também o compartilhamento do cuidado da casa. Na falta de um Estado que ofereça esse suporte, o mercado pode assumir essa função, com escolas e creches particulares, e/ou a contratação de pessoas que realizem os serviços domésticos. Nesse caso, porém, reforçam-se as desigualdades sociais e econômicas, já que esses serviços são pagos e, dessa forma, restritos a uma parcela da população (RIOS-NETO, MARTINE E ALVES, 2009). Tal fato pode explicar a baixa participação no mercado de trabalho das mulheres situadas nos estratos mais pobres da população em Minas Gerais.

### Nota

1. A taxa de atividade é a razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA).

### Agradecimentos

As autoras agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio para publicação deste artigo.

## **REFERÊNCIAS**

- BORJAS, G.J. Labor Economics, New York: McGraw-Hill Companies. Capítulos 2 e 3. 1996.
- BRUSCHINI, M. C. A. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In ROCHA, M. I. B. (Org.) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; SOUZA, N. L. Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. Revista de Administração Mackenzie (Online), v. 11, p. 1-25, 2010.
- CRAMER, L.; CAPPELLE, M. C. A.; SILVA, Á. L.; BRITO, M. J. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. REGEPE, v. 1, n. 1, p. 53-71-71, 2012.
- DEGRAFF, D. S. e ANKER, R. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. In: PINNELLI, A. (Org.) Gênero nos estudos de população. Demographicas, vol. 2. Campinas: ABEP. 2004.
- FONSECA, F. P.; CAPPELLE, M. C. A.; OLIVEIRA, M. L.; FONSECA, L. C ; SOUZA, N.L. relações de gênero e a questão identitária: um estudo de caso em associações de artesanato e culinária. Revista FSA, v. 9, n. 2, p. 1-26, 2012.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Boletim PAD – MG/2011. Indicadores básicos/Documento metodológico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, ano 1, n. 3, jun. 2012
- LAM, D. Generating Extreme Inequality: schooling, earnings and intergenerational transmission of human capital in South Africa and Brazil. mimeo. Abril de 1999.
- LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In ROCHA, M. I. B. (Org.) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.
- LEME, M. A. S. e WAJNMAN, S. efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, S. e MACHADO, A. F. (Orgs) Mercado de trabalho: Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.
- MONTAGNER, P. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres?. In ROCHA, M. I. B. (Org.) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.
- RIOS-NETO, E. L. G.; MARTINE, G., ALVES, J. E. D. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas - Demografia em Debate - Volume 3, ABEP, UNFPA, CNPD, Belo Horizonte, 2009. p.26.
- SEDLACEK, G.; SANTOS, E. A mulher cônjuge no mercado de trabalho com estratégia de geração de renda familiar. Texto para discussão, IPEA, Brasília, n 209, p. 7-23, fev. 1991.